

O SILÊNCIO DOS VENCEDORES COMO GERADOR DA “ILUSÃO DE OUTSIDER”: FAMÍLIA E TRAJETÓRIA POLÍTICA DE ROGÉRIO MARINHO

José Lázaro Ferreira Barros Júnior¹
Vanessa Roberta do Rocio Souza²

RESUMO: Quem era esse político, até então distante dos holofotes, que assumiu a tarefa de conduzir no Legislativo a Reforma Trabalhista, tida como a principal realização do mandato de Michel Temer na presidência da República? Qual lastro fez com que, terminada a tarefa, Rogério Marinho não submergisse novamente no burburinho político de Brasília – mas, ao contrário, passasse a desempenhar o mesmo papel na gestão seguinte, de Jair Bolsonaro, na qual articulou a aprovação da Reforma da Previdência no Congresso? Neste artigo, é apresentada documentação que o situa como a fusão de dois clãs políticos do Rio Grande do Norte, unidos pelo casamento de seus pais – os Cavalcanti Marinho e os Barbalho Simonetti. Com isso, ele é um novo expoente de famílias que há gerações perpetuam-se no poder político regional. A análise prosopográfica revela que, apesar da formação superior em Economia, sua atuação profissional é principalmente marcada pela ocupação de cargos públicos – em geral oriundos de função comissionada ou mandato parlamentar. De maneira planejada ou não, percebe-se um simulacro de outsider em um político cuja trajetória e filiação claramente o distinguem como um membro estabelecido da tradicional política brasileira - amparado neste projeto pessoal pelo fenômeno do “silêncio dos vencedores” (OLIVEIRA, 2000).

Palavras-chave: política, relações de parentesco, genealogia, familismo

THE SILENCE OF THE WINNERS AS GENERATOR OF THE “OUTSIDER ILLUSION”: FAMILY AND POLITICAL PATH OF ROGÉRIO MARINHO

ABSTRACT: Who was this politician, distant from the limelight, who took on the task of leading the Labor Reform in the Legislative, which was considered the main accomplishment of Michel Temer's term of office as President of Brazil? Which ballast meant that, when the task was over, Rogério Marinho would not again submerge in Brasilia's political buzz - but instead would play the same role in Jair Bolsonaro's next administration, in which he articulated the approval of the Social Security Reform in Congress? This paper presents documentation that situates him as the fusion of two political clans of Rio Grande do Norte, united by the marriage of their parents - the Cavalcanti Marinho and Barbalho Simonetti. As a result, he is a new exponent of families that have been perpetuating regional political power for generations. The prosopographic analysis reveals that, despite higher education in economics, his professional performance is mainly marked by the holding of public office - usually from a commissioned or parliamentary mandate. Planned or unplanned, a simulation of 'outsider' is perceived in a politician whose trajectory and affiliation clearly distinguish him as an established member of traditional Brazilian politics - supported in this personal project by the phenomenon of “silence of the victors” (OLIVEIRA, 2000).

Keywords: politics, kinship, genealogy, familism

1 Doutorando em Sociologia na UFPR, vinculado à linha de pesquisa Cidadania e Estado. Jornalista da agência de notícias Livre.jor, especializada na apuração de dados públicos. Email: joselazaro@livre.jor.br

2 Doutoranda em Sociologia na UFPR, vinculada à linha de pesquisa Trabalho, Ruralidades e Meio Ambiente. Técnica judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região. Email: vanessasouza@trt9.jus.br

Introdução

Atualmente com 56 anos de idade, Rogério Marinho ganhou projeção nacional há três anos, ao ser escolhido, em fevereiro de 2017, para o papel de relator da “Reforma Trabalhista” na Câmara dos Deputados. Então deputado federal pelo PSDB do Rio Grande do Norte (RN), ele foi indicado para a função por Rodrigo Maia (DEM/RJ), presidente daquele Legislativo, que criou uma comissão especial para simplificar a tramitação da proposta.

Na véspera do Natal do ano anterior, no dia 23 de dezembro de 2016, o governo federal, dirigido pelo então presidente Michel Temer (MDB), tinha encaminhado à Câmara dos Deputados a mensagem 688/2016, convertida no projeto de lei 6.787/2016. Eram sugeridas dezenas de alterações nas regras trabalhistas vigentes, tratando de terceirização, da prevalência do pactuado entre patrão e empregado sobre a legislação e do trabalho intermitente, por exemplo.

A efetiva análise do projeto pelos parlamentares começou após o recesso de fim de ano, no dia 3 de fevereiro de 2017. Nesta data foi criada, pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, uma Comissão Especial para tratar da proposição – apelidada pela sociedade civil de “Reforma Trabalhista”, alcunha também utilizada pelos membros do Executivo e do Legislativo, por se tratar de uma alteração significativa da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).³

A decisão de Maia, ao constituir uma Comissão Especial, deu celeridade à tramitação da proposta. Sem isso, a Reforma Trabalhista teria sido submetida a quatro colegiados diferentes (Seguridade Social e Família; Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Trabalho, Administração e Serviço Público; Constituição e Justiça e de Cidadania). Em vez disso, um grupo de 37 deputados federais, indicados conforme a proporcionalidade dos blocos parlamentares, analisou num colegiado só o texto enviado pelo Executivo.

Quem conduziu o debate foi Daniel Vilela (MDB/GO), presidente da Comissão Especial, mas a sistematização das 844 emendas apresentadas coube ao relator, Rogério Marinho. O substitutivo geral elaborado por ele foi votado e aprovado, no dia 25 de abril, por 27 a 10 votos. Foi neste espaço de deliberação que a Reforma Trabalhista chegou à forma final, razão pela qual é necessária uma análise mais detida do capital político em disputa neste processo. E isto inclui a

3 A súmula da mensagem do Executivo dizia: “Submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do projeto de lei que 'Altera o Decreto-Lei n 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, e a Lei nº 6.019 de 3 de janeiro de 1974, para dispor sobre eleições de representantes dos trabalhadores no local de trabalho e sobre trabalho temporário, e dá outras providências”.

análise da figura do relator, Rogério Marinho, cuja trajetória política é objeto deste artigo e será debatida a seguir.

Logo no dia seguinte, 26 de abril, o substitutivo geral aprovado pela Comissão Especial foi levado ao plenário da Câmara dos Deputados, sendo votado na madrugada do dia 27 após 14 horas de debate em plenário. Foram 296 votos a favor e, 177, contra. Para a aprovação era necessária maioria simples dos presentes (metade mais um), desde que o quórum fosse superior a 257 parlamentares – logo o governo federal logrou 60 votos positivos a mais que o mínimo necessário. Aprovada na Câmara, a proposta foi enviada para o Senado. Lá, a Reforma Trabalhista tramitou com o código PLC 38/2017.

No Senado, o projeto ficou até 6 de junho na Comissão de Assuntos Econômicos, depois passou à Comissão de Assuntos Sociais, onde o debate seguiu até o dia 20 do mesmo mês. Por último, foi submetido à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que em 28 de junho liberou a proposta para análise do plenário. A votação foi realizada em 11 de julho, de forma bastante tumultuada, com senadores da oposição ocupando a mesa da Presidência, em obstrução, por sete horas, o que prolongou o debate. Ao final, foram 50 votos favoráveis, 26 contrários e uma abstenção. A sanção presidencial de Michel Temer ocorreu dois dias depois, em 13 de julho. O texto foi o mesmo aprovado pela Câmara dos Deputados – um cuidado explicitamente tomado pelos senadores, pois se algo fosse alterado a proposição seria devolvida aos deputados federais, para revisão.

Neste contexto, a atuação de Rogério Marinho foi determinante para a aprovação da matéria, pois coube a ele redigir a versão final da peça e conciliar os interesses ali envolvidos. Como as votações demonstraram, havia razoável consenso entre os parlamentares sobre as linhas gerais da Reforma Trabalhista: flexibilização da legislação, afrouxamento dos direitos e obstaculização do ajuizamento de ações trabalhistas. Apesar disso, 844 emendas foram apresentadas na Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Quem era esse político, até então distante dos holofotes, que assumiu a tarefa de conduzir no Legislativo a principal realização de Michel Temer na presidência da República? Qual lastro fez com que, terminada a tarefa, Rogério Marinho não submergisse novamente no burburinho político de Brasília – mas, ao contrário, passasse a desempenhar o mesmo papel na gestão seguinte, de Jair Bolsonaro, na qual foi o encarregado da Reforma da Previdência, lotado no Ministério da Economia chefiado por Paulo Guedes? Ele é mesmo um economista outsider do PSDB, “pinçado” por Rodrigo Maia para uma missão técnica? É um professor, como parte da

imprensa o chama? A tradição da sociologia política que trata o parentesco como variável interpretativa das relações de poder tem o quê a dizer disto?

Neste artigo, apresentamos documentação que situa Rogério Marinho como a fusão de dois clãs políticos do Rio Grande do Norte, unidos pelo casamento de seus pais – os Cavalcanti Marinho e os Barbalho Simonetti. Com isso, a análise prosopográfica⁴ faz dele um novo expoente de famílias que há gerações perpetuam-se no poder político regional. A análise revela que, apesar da formação superior em Economia, sua atuação profissional é principalmente marcada pela ocupação de cargos públicos – em geral oriundos de função comissionada ou mandato parlamentar. Há poucos registros de Marinho como empresário ou profissional liberal. As referências à docência, como será visto, são da década de 1980, quando lecionou no ensino público estadual do Rio Grande do Norte.⁵ De forma que as qualificações de economista ou professor são menos precisas para descrevê-lo que a de “político”.

Pela parte do pai: Cavalcanti Marinho

Restaram poucos registros públicos sobre a ascendência de Nestor Marinho, tataravô de Rogério Simonetti Marinho, apesar de ele dar nome a uma escola e a uma via pública no município de Nova Cruz, no Rio Grande do Norte. Ele foi casado com Amélia Aranha e, desta união, nasceu Djalma Aranha Marinho. Mesmo com a ascensão do neto ao Ministério da Economia, Djalma Marinho certamente é o nome de mais destaque da família na política nacional – pois estava no olho do furacão enquanto o Brasil caminhava para a ditadura militar na década de 1960.

Nascido em 1908, Djalma Marinho formou-se em Direito pela Faculdade de Recife em 1932 e, de 1946 a 1947, presidiu a Ordem dos Advogados do Brasil no Rio Grande do Norte.⁶

4 Outra abordagem possível é a “antroponomia”, utilizada por Daniel Bertaux (1979), por meio do qual ele busca explicitar a constelação de relações presentes numa determinada biografia, encadeando a trajetória do indivíduo analisado com a dos seus pares e familiares. Essa rede conexões, diz o autor, torna-se a fotografia de uma determinada estrutura social, pela recorrência de determinadas relações.

5 Não será retomada mais adiante a revisão teórica da incorporação da trajetória de vida como método na Sociologia, visto que isto é uma revisão bibliográfica já realizada, por exemplo, em Montagner (2007). No artigo, em que ele retoma o ponto de vista de Bourdieu para a questão (o “contrabando da análise biográfica” via etnografia), subjaz, contudo, uma ponderação pertinente: “Os eventos biográficos não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade, linearidade de sobrevôo que ligue e dê sentido a todos os acontecimentos narrados por uma pessoa. Eles não se concatenam em um todo coerente, coeso e atado por uma cadeia de inter-relações: esta construção é realizada a posteriori pelo indivíduo ou pelo pesquisador no momento em que produz um relato oral, uma narrativa” (MONTAGNER, 2007, p. 251-252).

6 A relação de ex-presidentes da OAB/RN está disponível online (OAB/RN, 2019). Pesquisa posterior, por

Nesse ínterim, trabalhou no Ministério Público, na Justiça Eleitoral e na Delegacia do Tesouro Nacional em Natal.⁷ Ele combinou a carreira de advogado com a de político, numa trajetória bastante expressiva.

Foi deputado estadual em 1935 e em 1947. Foi suplente de deputado federal em 1945 (UDN) e em 1950 (União Popular), assumindo o mandato por breves períodos neste ciclo. Em 1954, conquista uma vaga na Câmara dos Deputados pela UDN. Neste mandato, presidiu a Comissão de Constituição e Justiça e perdeu a disputa pela liderança da sigla na Câmara Federal para o deputado Carlos Lacerda. Nomeado professor na Faculdade de Direito de Natal, é reeleito deputado em 1958. Perde a disputa do governo do Rio Grande do Norte em 1960 para Aluísio Alves (PSD). Na Câmara, integrou a comissão que analisou a emenda que institui o parlamentarismo no Brasil em 1961.⁸

Reeleito em 1962, no auge da crise política de 1964, será o presidente da Comissão Mista que declarou vaga a chefia do Executivo Nacional, confirmando a deposição de João Goulart da Presidência da República anunciada em 2 de abril pelo senador Moura Andrade,⁹ que dirigia o Congresso, levando à posse do deputado federal Ranieri Mazzili como novo chefe do Executivo.¹⁰ Em menos de duas semanas depois, em eleição indireta, o Congresso faria presidente o marechal Castelo Branco.

Antes de tudo isso, na época de Getúlio Vargas, Djalma Marinho havia se notabilizado ao defender 500 presos políticos após o fracasso da Intentona Comunista, desencadeada pelo PCB em Natal – cidade em que vivia – no ano de 1935. Décadas depois, ao longo da ditadura, sua relação com o governo militar se deteriora e acaba estremecida, ao ponto de, em dezembro de 1968, na condição de presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, recusar-se a abrir processo de cassação contra um parlamentar que havia criticado o

exemplo, poderá conectar, ou não, o primeiro dirigente conhecido, Francisco Ivo Cavalcanti, ao ramo paterno de Rogério Marinho. Tal relação não foi explorada neste artigo.

7 A pesquisa baseou-se inicialmente nas biografias online de Djalma Marinho publicadas pela Câmara dos Deputados e pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC FGV) - ambos referenciados ao final do artigo.

8 Protocolada por Raul Pilla (PL/RS), a Proposta de Emenda à Constituição 16/1961 foi registrada na Câmara dos Deputados no dia 12 de julho de 1961. É possível consultar sua tramitação e os debates relacionados (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019b; 2019c)

9 O próprio Senado Federal registrou este episódio, em reportagem produzida pelos jornalistas da instituição, sob o título “Congresso anula sessão que afastou Jango e abriu caminho para o Golpe de 1964” (MENDANHA; VILAR, 2013).

10 Da mesma forma, também este momento da história nacional foi revisitado pelo jornalismo legislativo do Senado, em reportagem intitulada “Tumulto marcou sessão que decretou vacância do cargo de Jango em 64” (LIMA, 2013).

regime. No mesmo dia que o plenário reiterou a vontade de Djalma Marinho, de defender o direito de expressão na tribuna da Câmara, em 13 de dezembro de 1968, a ditadura editou o Ato Institucional 5, que previa a cassação de políticos.¹¹

O episódio que desencadeou o AI-5 tinha em seu centro o deputado Márcio Moreira Alves (MDB/RJ). O político, que não tinha se oposto à derrubada de João Goulart da presidência da República, progressivamente passou a criticar o regime militar. Por discursos assim é que foi pedido ao Legislativo a cassação do mandato. Dizem os políticos da época, em notícia publicada pelo Senado por ocasião de uma homenagem póstuma a Djalma Marinho, que o então presidente da CCJ não concordava com as posições políticas de Alves, “mas o defendeu por considerar que Moreira Alves, ao fazer seu histórico discurso contra o regime, exercia o direito de expressar suas idéias políticas”.¹²

A cerimônia em homenagem a Djalma Marinho foi solicitada pelo seu neto, o deputado federal Rogério Marinho, no dia 7 de julho de 2008, e foi brindada com a visita de políticos do Rio Grande do Norte.

Os senadores Eptácio Cafeteira (PTB-MA), José Agripino e Rosalba Ciarlini, ambos do DEM e do Rio Grande do Norte, participaram na manhã desta segunda-feira (7) de sessão da Câmara dos Deputados em homenagem ao centenário de nascimento do ex-deputado potiguar Djalma Marinho. (...) Agripino e Rosalba Ciarlini lembraram os laços de amizade e políticos de suas famílias com o homenageado. Agripino disse que a melhor frase de Djalma Marinho não foi a citação de Calderón de La Barca, mas a afirmação de que "o melhor da democracia não é a eleição dos melhores, mas a derrota dos demagogos, mentirosos e subservientes". Rosalba Ciarlini afirmou que Djalma Marinho esteve sempre presente na luta pela redemocratização e foi autor de uma proposta de emenda à Constituição que previa anistia ampla, "infelizmente derrotada pelas forças que apoiavam o regime". Rosalba também afirmou que o ex-deputado foi um dos primeiros a proporem a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte para a volta do regime democrático (SENADO FEDERAL, 2008).

As imagens a seguir mostram como, logo após as primeiras ações do regime militar, Djalma Marinho começou a formar uma convicção reativa à ditadura, ainda que tenha demorado quatro anos para desafiá-la frontalmente. No primeiro, ainda de 1964, reclama da intervenção dos militares nas universidades. No segundo, ele critica a perseguição a Antonio Houaiss, famoso intelectual brasileiro.

11 Informação constante na biografia de Djalma Marinho no CPDOC FGV, já citada anteriormente.

12 A solenidade foi registrada pelo Congresso, com declarações de políticos e fotografias da solenidade (SENADO FEDERAL, 2008).

AUTOCRÍTICA DA UDN

O Deputado Djalma Marinho pronunciará por estes dias um discurso que será uma espécie de autocrítica, com sentido construtivo, da UDN. Resulta, a formulação desse discurso, de debates informais na alta direção partidária e aponta prejuízos eventuais da colaboração da UDN com a ordem revolucionária. Lembrará o Sr. Djalma Marinho que a UDN foi inicialmente um movimento cívico liderado por intelectuais e professores com amplo apoio na mocidade estudantil. Hoje, as contingências da situação do País levaram-na a participar de um Governo que intervém nas faculdades, restringe a liberdade de cátedra e mobiliza contra si a opinião dos estudantes e das classes intelectuais.

O Sr. Marinho não conclui, todavia, de maneira pessimista, desde que confia nas intenções do Governo e na vocação do seu Partido. Acha ele que a crise atual será em breve coisa do passado e as liberdades reencontrarão sua plenitude com a convocação de eleições, método seguro e único para revitalizar o sistema democrático.

4 — 1.º Cad., Jornal do Brasil, Quinta-Feira, 24-9-64

FONTE: Jornal do Brasil, 1964

4 — 1.º Cad., Jornal do Brasil, 3.ª-feira, 16-6-64

O caso Houaiss

O Deputado Djalma Marinho, da UDN, considera a suspensão dos direitos políticos do diplomata Antônio Houaiss como uma das mais graves injustiças da Revolução. Segundo pôde testemunhar quando membro de delegação brasileira à Assembleia da ONU, o Sr. Houaiss "merece respeito pelos relevantes serviços prestados ao País e à causa da paz do mundo".

FONTE: Jornal do Brasil, 1964

Casado com Celina Cavalcanti, Djalma Marinho teve cinco filhos. Um dos tios do deputado Rogério Marinho, de nome Márcio Marinho, foi deputado estadual e denomina a biblioteca da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Outra tia, Celina Maria Marinho, casou-se com Marcos César Formiga Ramos, último prefeito biônico de Natal, indicado para o cargo pelo então governador Agripino Maia, na década de 1980, e que ocupou vários cargos na

administração pública do Estado.¹³ Arilda Tânia Cavalcanti Marinho de Medeiros¹⁴ e Hebe Marinho Nogueira Fernandes ingressaram no Ministério Público em 1960.

Levando parte do nome de seu pai, o filho Valério Djalma Cavalcanti Marinho, envolveu-se menos com a política partidária – apesar de ter sido segundo suplente do senador José Agripino Maia de 2011 a 2019. Ele resgatou a tradição da família no Direito,¹⁵ galgando a posição de presidente da seção do Rio Grande do Norte da Ordem dos Advogados do Brasil, em 2001.¹⁶ Da união dele com Sônia Maria Simonetti nasce Rogério Simonetti Marinho, cujo perfil prosopográfico estamos a analisar.

No dia 29 de julho de 2012, quando se colocava como candidato à prefeitura de Natal, Rogério Marinho foi franco sobre estar imerso na política desde pequeno, por influência da família do pai e da mãe, que, como será visto a seguir, descende do ramo originário do clã Barbalho – famoso nacionalmente pelos nomes oriundos do Pará, onde outro ramo familiar se desenvolveu, com Jader Barbalho sendo o mais conhecido. No trecho a seguir, ele fala da relação que mantinha com o avô.

(...) Rogério destaca que se hoje está na política é pela influência do avô Djalma e não só isso. A referência política no círculo familiar é forte, tanto pelo lado materno, como paterno. O avô materno, Arnaldo Barbalho Simonetti chegou a se eleger deputado federal; o tio-avô Kerginaldo Cavalcanti foi senador da República; o tio Márcio Marinho ocupou cadeira na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte e o pai Valério Marinho, suplente de senador. “Na verdade”, conta Rogério, “eu nasci na vida política. Na política, estou desde que me entendo por gente, conversando, ouvindo, convivendo, assistindo, participando do processo político aqui do Estado”. O herdeiro político de Djalma Marinho conta que interagiu bastante nesse processo e que teve sempre a atenção muito voltada para a política, enriquecida – segundo ele – porque era bastante provocado intelectualmente pelo avô paterno. Acompanhava Djalma na leitura

13 Informação constante na biografia de Marcos Formiga no CPDOC FGV, indicada nas referências bibliográficas.

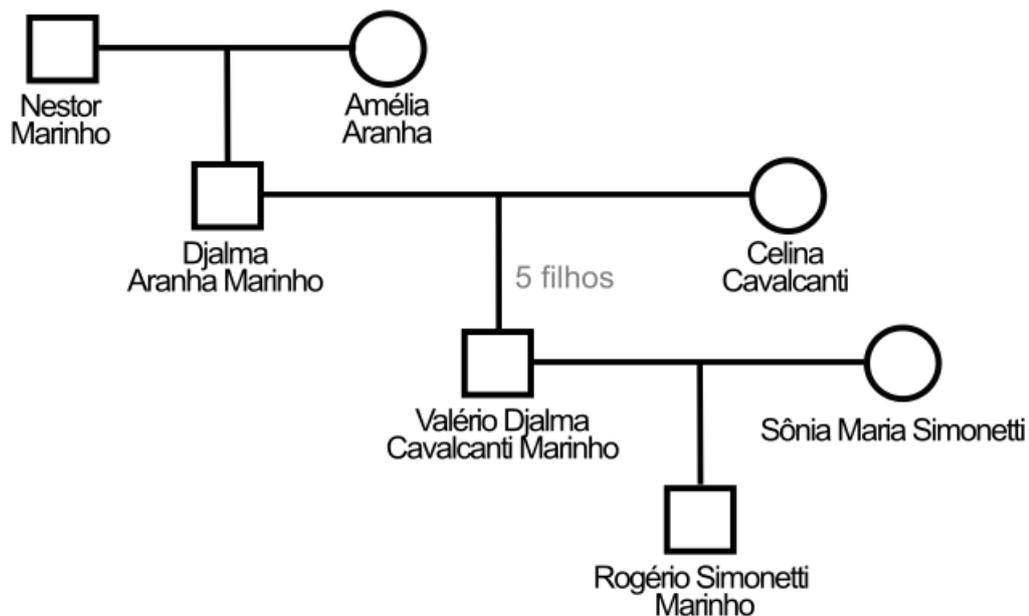
14A filiação de Arilda e sua trajetória dentro do Ministério Público do Rio Grande do Norte constam em seção especial da página da instituição na internet, dedicada à participação das mulheres no MP/RN, referenciada ao final do artigo. Ela ingressa nos quadros do Ministério Público em 1960, aos 23 anos de idade e é promovida à Comarca de Natal, capital do Estado, 18 anos depois, em 1978.

15 Importante assinalar que a perpetuação de famílias, incrustadas numa elite profissional, não é fenômeno só da política ou do Direito. Coradini (1997) já demonstrou como o mesmo mecanismo de reprodução de capitais simbólicos se processa também na medicina. Sobre essa semelhança, escreveu ele a respeito da ascensão profissional um médico estudado: “Há, em primeiro lugar, a mencionada influência política, como principal recurso para o acesso a postos e, conseqüentemente, para a valorização do título escolar numa relação privilegiada com o mercado profissional. Neste nível mais geral, há uma interseção das vinculações de parentesco, de amizade, com o facciosismo político-eleitoral e com as burocracias públicas, em combinações variáveis, mas tendo sempre como base as relações de reciprocidade. Em segundo lugar, num nível mais profissional ou da carreira, há uma interseção entre princípios ou lógica das lutas político-eleitorais, da carreira médica e das burocracias públicas, igualmente baseada em relações de reciprocidade” (CORADINI, 1997, p. 460-461).

16 Também a passagem de Valério Djalma Cavalcanti Marinho na presidência da OAB/RN consta na mesma fonte citada anteriormente, quando se falou de seu pai. Há mais detalhes da sucessão em retrospectiva publicada pelo portal JuriNews em 2018, com os bastidores da disputa. Novamente, ambas anotadas ao final do artigo.

de livros sobre filosofia, história, biografias e narrativas de faroeste e ficção científica. De 1985 até agora, Rogério participou de todas as eleições municipais e estaduais, sendo que sua primeira candidatura foi em 1994 a deputado estadual. (...) Hoje, Rogério vive a política 24 horas e diz que a postura e as atitudes que percebia e admirava no avô paterno balizaram sua conduta e seus passos. "Meu avô era intransigente nos valores que defendia como a ética, a amizade, o respeito à lei, a gratidão e a solidariedade", disse Rogério. E completou: "ele me inspirou na forma de ser, de independência, de afirmação dos valores democráticos, dos conceitos morais e legais (GRILO, 2012).

A seguir, num diagrama simplificado da linhagem paterna, é possível visualizar algumas das relações familiares citadas até aqui. É uma explícita linha sucessória entre os membros masculinos, ainda que tenha havido casamentos importantes, como o da tia de Rogério Marinho com o ex-prefeito de Natal alinhado ao cacique político Agripino Maia.



Fonte: Elaboração própria, a partir da genealogia

São pouco comentadas pela imprensa nacional as relações de parentesco e de parentela associadas à trajetória política de Rogério Marinho, ainda que haja tensões evidentes até aqui, por exemplo, entre as reflexões críticas de seu avô sobre a ditadura militar e a vinculação do membro da família ao governo de Jair Bolsonaro – cujas declarações a favor do regime são notórias.

É inegável que ambos, o avô e o neto, ostentam orientação política conservadora, mas Djalma Marinho advogou em prol dos direitos humanos no caso da Intentona Comunista,

defendeu o direito de um opositor criticar os militares na tribuna da Câmara dos Deputados e, como o excerto de jornal demonstra, via com maus olhos a intervenção nas universidades.

Enquanto isso, Rogério Marinho, em maio de 2015, então deputado federal, protocolou um projeto de lei tipificando o crime de “assédio ideológico”. Na justificativa da proposição, cita documentos internos do Partido dos Trabalhadores, nos quais vê “autoritarismo” em trechos falando de “disputar a hegemonia” e se opor às “bancadas neoconservadoras do Congresso” em pautas como a redução da maioria penal, a legalização do aborto e o combate à homofobia. Para o político, esse tipo de “assédio ideológico” seria punível com detenção de três meses a um ano, mais multa – aumentada em um terço, no caso de o assediador ser professor ou outro funcionário da escola.

Este artigo não se ocupará destes contrastes entre o neto e o avô, que mereceriam melhor revisão da trajetória de Djalma Marinho, a começar pela arqueologia das suas declarações posteriores ao 1º de abril de 1964. Até porque na medida em que eles parecem se distanciar no campo das exposições públicas de suas opiniões sobre educação, por exemplo, na prática ambos prestaram evidentes serviços aos governos dos quais foram base.

Pela parte da mãe: Barbalho Simonetti

A mãe de Rogério Marinho se chama Sônia Maria Simonetti e é a filha mais velha do segundo casamento de Arnaldo Barbalho Simonetti. Curiosamente, não leva o sobrenome “Barbalho” nos registros disponíveis, diferente de seu meio-irmão e primo, Dante Barbalho Simonetti, e dos irmãos Marcelo, Arnaldo, Ormuz e Simone. Este grupo de seis indivíduos são primos entre si, porque Arnaldo primeiro se casou com Inaldy Barbalho, que faleceu prematuramente, depois desposou a irmã mais nova dela, Cirene Barbalho. São irmãos por parte de pai e primos pelas mães.

Se o pai de Rogério Marinho quase não aparece nos jornais do Rio Grande do Norte, tampouco sua mãe parece ter sido uma figura pública. O único registro é um chamado para o casamento da filha, Valéria Cristina, irmã do hoje secretário nacional da Previdência. Ela, por sinal, também participou do governo de Wilma de Faria no Rio Grande do Norte, no comando da pasta estadual da Educação.¹⁷

17 A imprensa local fez poucos registros da passagem de Valéria Marinho pela Secretaria da Educação. Algumas das referências tratam da Operação Assepsia, que investigava a relação de uma Organização Social com

A biografia do progenitor de Sônia, no entanto, é recheada de fatos políticos. Promotor público, Arnaldo Barbalho Simonetti foi nomeado para o cargo aos 22 anos de idade, em 1932, no mesmo ano em que concluiu o curso de Direito na Faculdade de Recife. Quem conta em detalhes a trajetória dele é o filho Ormuz que, bancário, dedicou vários anos da sua vida à genealogia da família, mapeando todo o clã Barbalho no Brasil. Ele identificou oito ramos da família, sendo o do Rio Grande do Norte, com base na cidade de Goianinha, aquele ligado às raízes do clã - cujas ramificações chegam ao Pará do senador Jader Barbalho (MDB).

Há fragmentos da pesquisa de Ormuz, por exemplo, na página da seção do Rio Grande do Norte da União Brasileira de Escritores (UBE-RN). Dois artigos merecem destaque: o que trata do centenário de nascimento de Arnaldo Barbalho Simonetti – avô materno de Rogério Marinho, e outro em que identifica os primeiros da família a se instalarem no Brasil. Vários outros trechos constam em blogs de Ormuz pela internet, citados nas referências bibliográficas – mas se optou aqui pelas publicações em instituições mais conhecidas. A seguir, a título de registro e de documentação, são reproduzidos trechos destes artigos.

Cito alguns dados importantes que compuseram, de forma brilhante, sua carreira profissional: Em 22 de dezembro do ano que se formou, Dr. Arnaldo foi nomeado para exercer o cargo de Promotor de Justiça da Comarca de Caicó, tomando posse em 14 de janeiro do ano seguinte. Por Decreto N°. 1.399 de 27 de junho de 1933, do Interventor Bertino Dutra, foi designado, em comissão, para exercer o cargo de Delegado Auxiliar da Capital, permanecendo no posto até 04 de janeiro de 1934. Por ato N°. 193, de 04 de janeiro de 1934, do Interventor Mário Câmara foi removido, a pedido, da Comarca de Caicó para a Comarca de Macaíba. Nessa época Dr. Arnaldo já namorava com sua prima legítima e futura esposa, Inaldy Barbalho. Contam que sua remoção da Comarca de Caicó para a de Macaíba deu-se em função de um namoro que iniciou na cidade de Caicó, com Candinha Mariz, irmã do saudoso Governador Dinarte Mariz. Meu avó e seu tio, Odilon Barbalho, pai de sua futura esposa Inaldy, que gozava de grande prestígio junto ao Interventor, solicitou dele e conseguiu rapidamente, a remoção do Dr. Arnaldo, “a pedido”, para Macaíba. Resolvia assim o problema do sobrinho “Don Juan”, impedindo a dispersão familiar, e conseguindo assim a manutenção do clã Barbalho Simonetti. Para evitar novas tentações, casou-se em Goianinha com sua prima Inaldy Barbalho e foi morar em Macaíba, onde já exercia a função de Promotor Público. Em 30 de março de 1938, sofreu um grande golpe, com a perda de sua esposa que lhe deixou apenas um filho, Dante Barbalho Simonetti, com pouco mais de 3 anos de idade. Por ser muito jovem e influente, teve várias namoradas, mas preferiu continuar na família do seu tio, por parte de mãe, Odilon Barbalho. No dia 21 de setembro de 1942, para alegria do velho tio Odilon, que nutria por ele grande admiração e respeito, casa-se com Cirene Barbalho Simonetti, sua cunhada, irmã mais nova de sua falecida esposa. Em 12 de julho de 1942 foi removido, a pedido, da Comarca de Macaíba para São José de Mipibu, onde nasceu, a 15 de junho de 1943, a primeira filha dessa nova união, Sonia Maria Simonetti (SIMONETTI, 2010b).

No trecho destacado aparece como Ormuz interpretou um suposto acordo entre os seus

avós, para que o filho Arnaldo não se envolvesse com a filha do governador da época. Afastado dela, a união familiar pretendida por eles poderia ser mantida, conectando os Barbalho e os Simonetti pelo matrimônio. Noutras palavras, usando as relações de parentesco como lastro para o acordo de cooperação política. Arnaldo Barbalho Simonetti será deputado estadual pelo PSD na década de 1940, alternando-se na segunda e primeira secretaria da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Durante o Governo de Dinarte Mariz, dois episódios marcaram a vida daquele homem probo, conhecido e admirado pelo seu senso de justiça, dignidade e principalmente pela fidelidade aos amigos. Em 1958, realizou-se um concurso para Promotor de Justiça. Nesse ato público relevante (certame), foram aprovados dois amigos do seu filho, Dante Simonetti, Ivan Maciel de Lima e Cleóbulo Cortez Gomes. Esses dois jovens advogados trabalhavam no Comitê em prol da candidatura do então deputado Aluisio Alves, pelo PSB, ao governo do Estado do Rio Grande do Norte. Receosos de não serem nomeados, em virtude de suas vinculações político-partidárias, valeram-se de seu amigo e colega Dante Simonetti. Sabendo da grande amizade existente entre o Governador Dinarte Mariz e Dr. Arnaldo, pediram a Dante Simonetti para que seu pai, Dr. Arnaldo, intercedesse junto ao Governador, garantindo-lhes, assim, suas nomeações. Nesse meio tempo, um correligionário do Governador foi ao Palácio Potengi e, em audiência, questionou-lhe *“Governador, esses dois advogados trabalhavam no comitê para a campanha de Aluísio. Não podem ser nomeados!”*. Não sabia ele que Dr. Arnaldo já havia relatado o caso ao Governador, solicitando a justa nomeação dos aprovados. Então, o governador Dinarte lhe respondeu: *“Eles foram aprovados em um concurso público; logo, têm todo o direito de serem nomeados. Ademais, essas nomeações são objeto de um pedido feito pelo meu amigo Arnaldo e a ele não posso faltar.”* Naquele mesmo ano, Cleóbulo Cortez e Ivan Maciel foram nomeados promotores de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. No final do governo de Dinarte Mariz fervia a campanha política e disputavam o governo, Djalma Aranha Marinho e o deputado Aluísio Alves. Aluísio, simbolizado pela bandeira verde e Djalma Marinho e seu candidato a vice Vingt Rosado com sua bandeira com duas cores azul-marinho e rosa. Naquele ano, Dr. Arnaldo seria nomeado, por antiguidade, para o cargo de Desembargador de Justiça, já que o representante do Ministério Público só chegava a esse cargo em fim de carreira. Portanto, aquela seria a primeira e última oportunidade que ele teria para coroar sua vida profissional, com o mais alto cargo de sua carreira. Novamente o destino, pois à prova o desprendimento e a lealdade daquele homem com seus amigos. O Governador o chamou ao Palácio e, repentinamente, lhe informa: *“Arnaldo, preciso que você abra mão de sua nomeação para Desembargador, pois preciso nomear em seu lugar, um correligionário chefe político no Seridó. Estou a precisar muito desse apoio e essa é a melhor maneira de agradá-lo.”* Aquela era uma decisão muito difícil de ser tomada, pois envolvia toda uma vida dedicada a sua carreira profissional. Mesmo assim, ele não pediu tempo para pensar e lhe respondeu: *Se não fosse tão importante, você não estaria me fazendo esse pedido, pode dispor do cargo.* Decidiu, naquele instante, abdicar do direito de ser nomeado e atender ao pedido do fiel amigo Dinarte Mariz (SIMONETTI, 2010b).

Neste trecho, duas histórias pinçadas por Ormuz com a intenção de destacar a generosidade de seu pai mostram como as relações políticas não obedeciam a critérios estritamente republicanos, estando impregnadas de personalismo. Seja na nomeação de dois aprovados em concurso, ou no preenchimento do quinto constitucional para o Tribunal de Justiça

do Rio Grande do Norte. No trecho anterior, vimos como Arnaldo quase havia abdicado do casamento com os Barbalho pela irmã de Dinarte Mariz – a quem ele pede um “favor” e depois presta outro “favor”. E, no meio do relato, surge a figura de Djalma Marinho, o avô paterno de Rogério Marinho. As famílias, até então desalinhadas, irão unir-se na geração seguinte, com o casamento de Sônia Maria Simonetti e Valério Djalma Cavalcanti Marinho.

Para Ormuz, autor da obra esgotada “Genealogia dos Troncos Familiares de Goianinha/RN”, essa história está alinhada a do capitão-mor Bento Freire do Revoredo,¹⁸ então “o mais rico proprietário da região”. Há poucos registros da economia do Rio Grande do Norte na época, que passou da pecuária aos engenhos de cana-de-açúcar ao longo do século 18, mas os historiadores concordam que o trabalho ali ocorria com base na mão de obra escrava – predominantemente de origem africana, do Guiné e da Costa da Mina, havendo também registro de índios escravizados.¹⁹ Bento Freire é filho de um dos primeiros moradores da cidade, Diogo Marques Revoredo, oriundo de Portugal.

Bento Freire casou-se com Mônica da Rocha Bezerra, filha de Leonardo Pinheiro e Mônica da Rocha Bezerra. E aponta que outros imigrantes de nacionalidade portuguesa e italiana chegaram a Goianinha, os que iriam constituir família com as filhas, netas de bisnetas de Bento Freire do Revoredo, que são: Inácio Antônio Grilo, português; Antônio José da Costa Barbalho, descendente de português; João Batista Simonetti, italiano, que naufragou nas costas de Tibau, oriundo de Gênova; Pedro Nicolao Villa, italiano e Dionísio Pinto, português (DIAS, 2016, p. 5).

A história do naufrago coincide com o memorial familiar redigido por Ormuz, como demonstra o trecho a seguir.

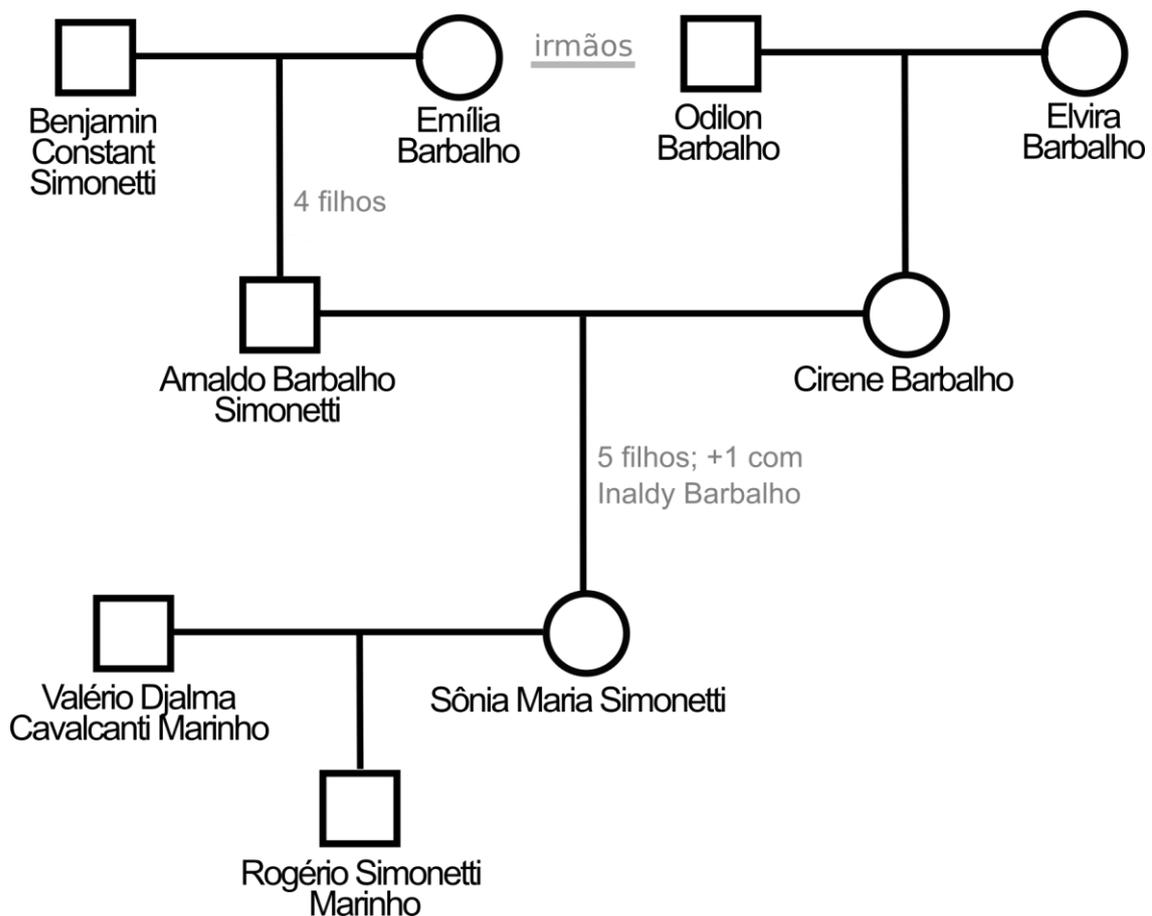
A família Simonetti tem origem na pessoa do cidadão genovês Giovanni Baptista Simonetti que desembarcou no porto do Recife, por volta do ano de 1820, na companhia do Pietro Nicoláu Villa, seu compatriota, também, da mesma região da Itália. (...) Entre os anos de 1822 e 1824, o italiano Giovanni despede-se do amigo Pietro e toma uma barça no porto de Recife com destino ao Norte do país, possivelmente para cidade de Belém do Pará. Em uma noite chuvosa na altura das praias de Tibau do Sul e Pipa, a barça em que viajava naufragou. Giovanni conseguiu se salvar e chegou até a praia de Tibau do Sul, naquela época, uma pequena aldeia de pescadores. Dias depois e já recuperado, partiu para a cidade de Goianinha, 25 kms ao Leste, e lá permaneceu por toda sua vida. Em 1825, contraiu matrimônio com Gertrudes Guilhermina Barbalho,

18 Pai de Nísia Floresta, tida como a primeira educadora feminista do Brasil. Vide o verbete online sobre ela na Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco, referenciada ao final do artigo.

19 É curioso, neste sentido, citar como Ormuz Barbalho Simonetti, além da obra sobre a genealogia da família, irá se ocupar de relatar como foi a ocupação da hoje famosa Praia da Pipa. Originalmente conhecida como Praia dos Negros, pela presença de comunidades remanescentes de quilombolas, fugidos do trabalho escravo na região. Ormuz Martinetti escreveu sobre o “pioneirismo” da família naquele espaço em crônicas para o jornal Tribuna do Norte. Ver, por exemplo, Ribeiro (2019).

filha do casal Antônio José da Costa Barbalho e Maria Germana Freire do Revoredo, esta, filha do capitão-mor Bento Freire do Revoredo, o mais rico proprietário da região (SIMONETTI, 2010a).

Como já foi feito no ramo paterno, também no ramo materno é apresentada uma representação visual da filiação de Rogério Marinho. Ela não retorna aos Revoredo, por se entender que as referências textuais são suficientes para a conexão. Novamente, o objetivo primário é estabilizar a genealogia do político estudado, de forma a embasar eventuais trabalhos futuros numa base mais sistematizada. Para o objetivo deste artigo, que é expor essa “ilusão de outsider”, cristalizada no silêncio sobre sua posição numa tradição de políticos tradicionais, o diagrama é suficiente.



Fonte: Elaboração própria, a partir da genealogia

O Silêncio dos Vencedores

Ao analisar a elite no Paraná, Ricardo Oliveira (2001) cunhou a expressão “silêncio dos vencedores” para se referir à situação na qual “continuidades históricas expressivas” desaparecem do debate público sobre a constituição local do poder político.²⁰ Pelo visto até aqui, sopesado às inexistentes referências à vinculação de Rogério Marinho aos clãs políticos agora expostos, pode-se argumentar que também no Rio Grande do Norte, a exemplo do registrado no Paraná, predomina sobre essa elite a característica estrutural do “silêncio dos vencedores”.

A classe dominante paranaense se caracterizou por padrões de continuidade pelos quais a sua história e as suas memórias deveriam ser filtradas. A produção do silêncio faz parte da identidade paranaense. Sucessivas ondas demográficas ocupam o território paranaense e reconfiguram uma identidade que sempre deve ser reatualizada e renovada para incluir os últimos recém-chegados. No entanto, poucas regiões do Brasil apresentam continuidades históricas tão expressivas na posse do poder político por parte dos grupos familiares tão antigos quanto o Paraná. O arcaico convivendo e coexistindo com o moderno. A tradição política de continuidade do poder familiar no Paraná muitas vezes é vista como uma antitradição. Poucas regiões do Brasil apresentam elementos de continuidade no exercício do poder político por tão poucos grupos como no Paraná. Ao mesmo tempo que existem traços de continuidade, existe uma estratégia consciente ou não de produção do silêncio da memória e da identidade paranaense. Arquivos e lembranças da história regional foram destruídos. Configura-se o silêncio dos vencedores. (OLIVEIRA, 2001, p. XXVIII)

Na sua obra e do Núcleo de Estudos Paranaenses (NEP), dedicado à reflexão sobre as relações de parentesco como variáveis explicativas para a política, Oliveira elencará outras características regionais que, quando extrapoladas, servem para a compreensão do notado no Rio Grande do Norte.

Por exemplo, como as mulheres, nos clãs políticos do Paraná, por meio dos casamentos estratégicos, incorporam novos atores à dinâmica tradicional.²¹ No caso da genealogia de

20 Em tempo, antes de avançar para as bases teóricas, vale salientar que as continuidades aqui descritas não são fenômenos políticos típicos só do Brasil. É bem conhecida a pesquisa de Saint Martin sobre a aristocracia na França, por exemplo: “A tendência à continuidade, à coesão e à reprodução das elites administrativas, políticas e econômicas é bastante forte na França – sem dúvida mais forte do que em muitos outros países. O acesso aos grupos dirigentes é bastante fechado sobretudo em razão de um sistema de formação das elites organizado em torno de grandes écoles e de classes preparatórias (classes préparatoires), e as reformas políticas, sociais, jurídicas ou econômicas em geral demoram bastante tempo até que seus efeitos sejam sentidos; as mudanças de governo, de política, o que se denomina «alternância», com frequência acarretam inflexões nas equipes no poder e em diretores de ministérios, mas não alteram em profundidade os equilíbrios estruturais. Por exemplo, a probabilidade de que um outsider pouco conhecido na classe política torne-se, em pouco tempo, presidente da República é extremamente baixa” (SAINT MARTIN, 2008, p. 44).

21 O papel social, cultural e político das mulheres na formação e reprodução das alianças entre os novos atores,

Rogério Marinho, há um vislumbre disso na união do náufrago Giovanni Simonetti com Gertrudes Barbalho, mas em escala significativamente menor. Dali em diante, pelo que se percebe dos dados disponíveis, a elite do Rio Grande do Norte, nos seus atores mais destacados, deu preferência a uma espécie de “familismo” – em geral associado ao nepotismo – pelo qual se esforçou para manter a influência política a atores pertencentes aos grupos já estabelecidos.

O léxico nepotismo historicamente teve a sua origem nas relações privilegiadas entre o poder eclesiástico e o favoritismo de alguns parentes. Nepotismo na sociologia política é a relação entre parentesco e Estado. O fenômeno do nepotismo é, antes de tudo, um sintoma da presença de instituições políticas frágeis. O nepotismo está sempre associado com desigualdades sociais, formas de patronagem e de clientelismo político. O próprio Estado é controlado por interesses privados e não há plenos controles públicos entre os poderes porque o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e órgãos como os Tribunais de Contas e o Ministério Público também são parcialmente formados por grandes redes de favores e de parentesco. Os partidos políticos se enfraquecem ou desaparecem como instituições e a política se resume aos negócios de famílias, com seus interesses e redes de dependências pessoais. Estados como o Paraná e os estados nordestinos têm longas histórias políticas de oligarquias familiares atuantes nas últimas décadas. O familismo ainda é uma constante na política brasileira. (OLIVEIRA, 2012, p. 3)

É neste sentido que por mais descendentes que Bento Freire do Revoredo tenha tido, a sua pujança econômica como senhor de engenho numa sociedade escravista e demoradamente desigual perpetua-se em pleno século 21.²² Ou, como diz Oliveira (2016, p. 32), “a desigualdade social, a concentração de terras, rendas, riquezas e de poderes também são fenômenos genealógicos de longa duração”.

novos homens e as velhas famílias é questão bastante interessante na investigação empírica da história das famílias de elite e suas genealogias no Brasil. Quem casa com quem em termos de capitais sociais e quais genealogias estabelecem matrimônios e alianças com quais novos valores emergentes? (...) Mulheres de tradicionais famílias políticas e seus casamentos podem ter um papel decisivo na performance de vários emergentes, em sua ascensão social e política. Tais matrimônios e a aceleração dos desempenhos de jovens políticos com origens sociais de fora dos círculos da classe dominante são muito importantes e podem ser verificados empiricamente (OLIVEIRA, 2016, p. 14).

22 Não é exclusividade do Paraná ou deste caso em análise, no Rio Grande do Norte, essa continuidade. Há um termo para isso na sociologia política nacional: “Quinhentões” são as famílias brasileiras descendentes dos “homens bons” coloniais de origem portuguesa, presentes no Brasil desde as origens coloniais. Completam quinhentos anos de história familiar no Brasil ao longo do século XXI. São as famílias com sua história - real ou imaginária, parcial ou extensivamente - desenvolvida nas genealogias brasileiras clássicas. Foram inicialmente senhores de sesmarias e de grandes propriedades rurais escravistas. Seus membros foram fazendeiros, comerciantes, oficiais das câmaras, oficiais das ordenanças, padres, proprietários dos tabelionatos e representavam as autoridades e os maiores nas vilas coloniais. No Império, continuaram como os mais ricos e poderosos, ocuparam os cargos imperiais no Executivo (ministérios, repartições públicas), no Legislativo (senadores, deputados, vereadores), no Judiciário (magistratura, jurados), oficiais da Guarda Nacional, titulares da nobreza, comendadores das ordens do Império, oficiais do Exército e da Armada. Na República, continuaram dominando o poder econômico e o poder político. (OLIVEIRA, 2012, p. 59)

A continuidade é social e biológica, como indicam as genealogias. A grande questão que se apresenta é a esfera da reprodução de capitais sociais, econômicos e políticos na sua transmissão. O jogo das heranças materiais e espirituais da classe dominante. O novo se formando a partir e com o arcaico. (...) O eixo da continuidade não está apenas no Estado, como intuía Raimundo Faoro, mas no cerne da sociedade brasileira, que, em si, seria uma profunda amálgama entre sociedade e Estado, entre classe dominante e instituições políticas. (OLIVEIRA, 2001, p. 342-343)

A questão, assumido este enfoque de análise, com variáveis bastante delimitadas, passa a ser a metodologia e o acesso à documentação. Pois, por mais que a continuidade das famílias esteja presente na atualidade da política nacional, há dificuldade em documentá-la. Para Oliveira, isto é um traço do campo de estudo, cujo contorno é possível justamente pela genealogia e mapeamento da ocupação dos cargos públicos.²³ Não consta no diagrama a seguir o período em que Rogério Marinho, na década de 2010, foi dirigente do ABC Futebol Clube,²⁴ privilegiando-se os empregos formais e os fatos ligados à vida político-partidária. Vê-se que se a imprensa nacional ao buscar palavras para identificá-lo, por diversas vezes, utilizou “professor” ou “economista”, outra opção talvez mais adequada seria chamá-lo de “político”. Pois ocupar-se da política, em cargos eletivos e comissionados, foi a principal atividade profissional do neto de Djalma Aranha Marinho e de Arnaldo Barbalho Simonetti.

Vale nota a presidência de Rogério Marinho na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo – assumida em abril de 2016 e mantida até o fim do mandato. Criada um ano antes, a Frente defendia no Congresso Nacional pautas da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras) e da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços (Unecs) - com cerca de 300 deputados e senadores alinhados à Frente no ano em que Marinho assumiu a liderança do grupo. A própria Abras, em reportagem sobre Marinho na presidência, lista os interesses em questão: “Reforma da Previdência; Revisão e Modernização da Legislação Trabalhista; Simplificação Tributária; e pela Regulamentação dos Meios de Pagamento pelo Banco Central” (Abras, 2016).²⁵

23 Sobre isso: “Quase nunca a classe dominante deixa provas documentais sobre as suas relações perigosas de favorecimento e de privilégios entre os grupos dominantes e o Estado. Muitas vezes o cerne das negociações entre os ocupantes de altos cargos públicos com empresários e membros da classe dominante é um segredo de Estado. Ao contrário, quem procurar provas materiais nos papéis e discursos das políticas públicas, a partir de fontes documentais que apresentem a performance estatal, poderá ter muitas vezes uma visão distorcida da estrutura do Estado frente à classe dominante. O que não pode ser ocultado, e aí residem as provas substanciais das relações entre o Estado e a classe dominante, é o conjunto de titulares dos interesses dominantes na ocupação e gestão dos cargos públicos estratégicos”. (OLIVEIRA, 2001, p. 350)

24 A passagem de Rogério Marinho na direção do time de futebol ABC, conforme perduram registros da mídia local, tiveram sua dose de polêmica. Vide, por exemplo, a Tribuna do Norte (2015).

25 Diferente do que a presença nesta Frente Parlamentar pode sugerir, Marinho não se enquadra naquilo que Saint

TRAJETÓRIA DE ROGÉRIO MARINHO

JUVENTUDE

Estuda no Colégio Marista de Natal e depois no Colégio Estadual do Atheneu Rio-Grandense. Neste, no qual conclui 2º Grau em Transações Imobiliárias em 1983. Integra o Movimento Estudantil Secundarista.

UNIVERSIDADE

Cursa Ciências Econômicas na então Faculdade Unificada para o Ensino de Ciências (Unipeç), hoje chamada Universidade Potiguar (UnP). Continua no Movimento Estudantil, do Centro Acadêmico ao Diretório Central dos Estudantes.

2019 E O BOLSONARISMO

Sem ser reeleito para a Câmara Federal em 2018, é indicado pelo ministro Paulo Guedes para a secretaria nacional da Previdência e Trabalho. Opiniões anteriores, na área da Educação, já o colocavam no espectro do Bolsonarismo: defesa do Escola Sem Partido e críticas ao educador Paulo Freire

DO PSB AO PSDB

Em 1993, filia-se ao PSB. Este será também o partido de Wilma Faria, uma espécie de madrinha política de Marinho, quando ela se desvincula do PDT. Em 2009, alegando divergência com o antigo partido, filia-se ao PSDB.

1963

Rogério Simonetti Marinho nasce em Natal (RN), filho de Valério Djalma Cavalcante Marinho e Sônia Maria Simonetti.

1987-1989

Torna-se professor na rede estadual do Rio Grande do Norte.

1989-1992

É chamado para trabalhar na gestão da prefeita Wilma de Faria (PDT), sendo sub-prefeito da Zona Oeste de Natal e secretário municipal das Regiões Administrativas. Wilma de Faria era mulher do ex-governador do Estado, Lavoisier Maia, de quem se separaria nos anos 1990.

2007-2018

Elege-se deputado federal em 2006. No ciclo seguinte, fica na suplência e vira secretário estadual de Desenvolvimento Econômico. Em 2014, retorna à Câmara Federal. Presidia a Frente Parlamentar em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo quando se tornou relator da reforma trabalhista.

1983-1986

Funcionário da secretaria municipal de Obras e Viação da Prefeitura de Natal.

1997-1998/1998-2000

Após uma candidatura fracassada à Assembleia Legislativa em 1994, é novamente convidado por Wilma para a prefeitura de Natal. Torna-se secretário municipal de Administração e Planejamento. De 1998 a 2000, prestará assessoria aos governos do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Alagoas e Ceará

2001-2006

Candidato a vereador em 2000, fica na suplência do PSB. Assume vez ou outra o mandato a partir de 2001, alternando a função com secretarias municipais. No pleito seguinte, é o vereador mais votado de Natal e ocupará a presidência e a secretaria da Câmara Municipal.

Fonte: Elaboração própria, a partir da prosopografia

Considerações finais: ilusão de outsider

A oposição entre “os estabelecidos e os outsiders” é usada metodologicamente por Norbert Elias e John Scotson em texto homônimo, no qual estudam um município inglês identificado na obra, ficticiamente, como Winston Parva. Lá, narram como a divisão da cidade em três estratos sociais: ricos, operários moradores da “aldeia” e operários moradores do “alojamento” eram bem nítidas – ainda que isto não fosse explícito entre as duas divisões dos trabalhadores. Na aldeia, viviam aqueles assentados há mais tempo no município; no alojamento, os forasteiros – respectivamente, os estabelecidos e os outsiders.

Martin (1995), ao estudar famílias na aristocracia francesa, descreveu como *pantouflage*. Ou seja, a passagem de funcionários públicos para postos de direção em empresas privadas. Não há, portanto, nesta trajetória, reconversão dos capitais políticos em outros capitais.

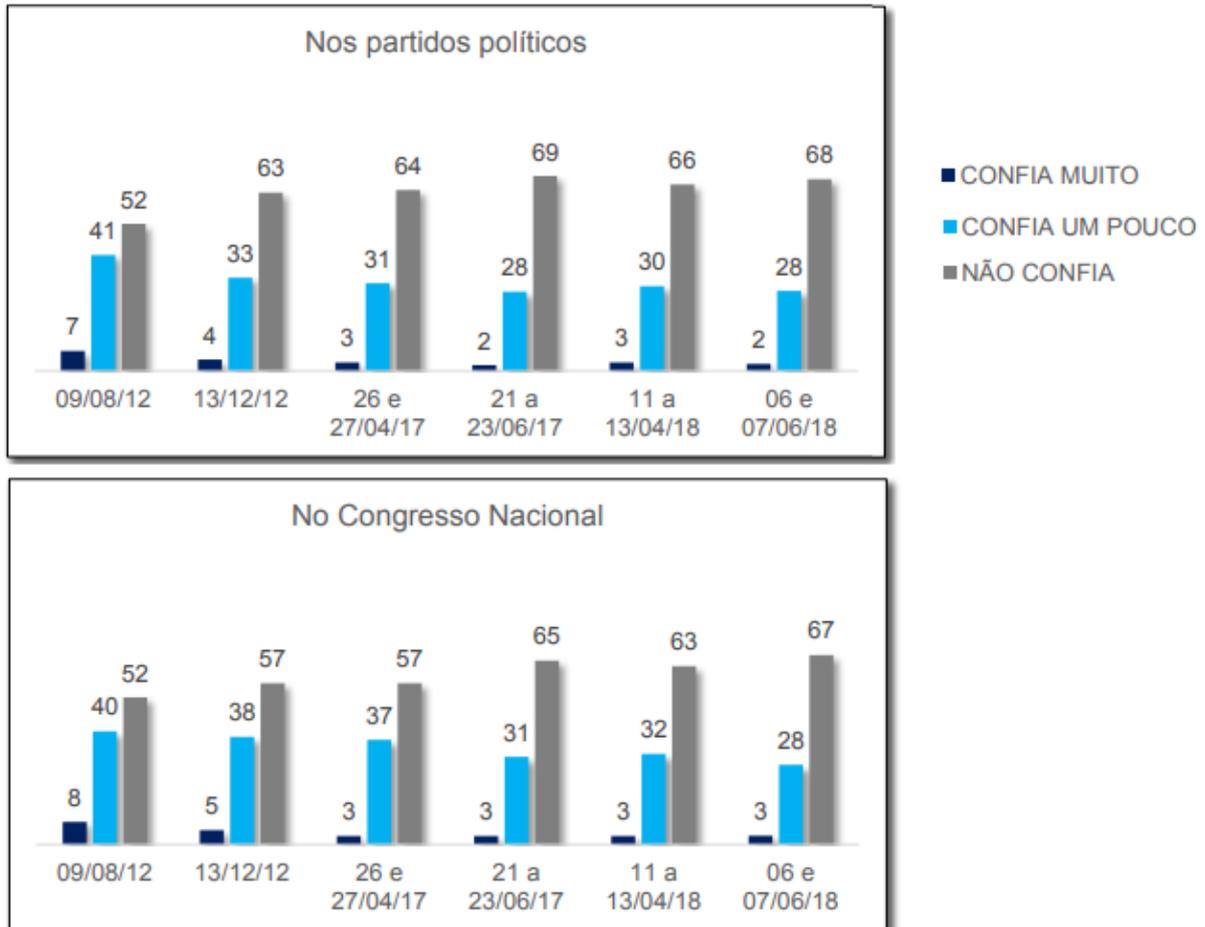
Em Winston Parva, a intenção de Elias e Scotson era entender etnograficamente o motivo dos diferentes índices de criminalidade entre as três zonas da cidade. Ao longo da obra, mostram como a diferença entre estabelecidos e outsiders demonstrava de forma eficaz como o nível de coesão entre os grupos variava – assim como a estigmatização de um para o outro. E a importância dessa diferença para a compreensão daquela realidade específica – tratada por eles como paradigmática.

Assim, as pessoas que pertencem a um círculo de “famílias antigas” são providas de um código comum por seus vínculos afetivos específicos: uma certa união das sensibilidades subjaz a todas as suas diferenças. Nesse aspecto, elas sabem onde se situar em relação umas às outras e o que esperar umas das outras, e o sabem “instintivamente” melhor, como se costuma dizer, do que onde se situar em relação aos outsiders e o que esperar deles. Ademais, numa rede de “velhas família”, as pessoas geralmente sabem quem são em termos sociais. Em última instância, é isso que significa o termo “velhas” quando referido às famílias; significa famílias conhecidas em sua localidade e que se conhecem há várias gerações; significa que quem pertence a uma “família antiga” não apenas tem pais, avós e bisavós como todo mundo, mas que seus pais, avós e bisavós são conhecidos em sua comunidade, em seu meio social, e são geralmente conhecidos como pessoas de bem, que aderem ao código social aceito desse meio (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 171)

Apesar dos insights e da imaginação sociológica que o trecho destacado possa incitar, a apropriação crua da oposição entre estabelecidos e outsiders deve ser evitada. Talvez a agenda etnográfica possa ser utilizada em outra pesquisa, mas o que se deseja com o uso dos termos originalmente empregados por Elias é sublinhar como, uma vez apreendidos pelo senso comum, a ideia de uma comunidade fechada aos “de fora”, com códigos próprios, aplica-se ao funcionamento do Congresso. Se internamente ao campo político ser um estabelecido possa ser visto como fator positivo, à opinião pública talvez o papel de outsider seja mais palatável.²⁶ Números que apontam a desconfiança da população em relação aos partidos políticos e ao Congresso Nacional têm sido medidos periodicamente pelo Instituto Datafolha e mostram uma tendência de alta (DATAFOLHA, 2018).

26 Outra articulação teórica seria possível aqui, sem apelar para as ponderações de Elias e Scotson, bastando para isso opor a trajetória de Rogério Marinho ao desenho de pesquisa experimentado por Labache e Saint Martin em “Fronteiras, trajetórias e experiências de rupturas” (2008). No artigo, as pesquisadoras abordam, do ponto de vista da mobilidade social, como determinados indivíduos precisam forçar suas fronteiras sociais, num movimento de deslocamento que se mostra constituinte da identidade deles. A “ilusão de outsider” pode ser vista, portanto, como uma “ilusão de deslocamento” no caso de Marinho. Como se ele houvesse cruzado os limites do “economista” e do “professor” para ser o “político”. Deslocamento que, na prática, como demonstra sua genealogia e prosopografia, não houve.

Grau de confiança nas instituições (estimulada e única, em %)



Fonte: Datafolha, 2018.

Comparando os anos de 2012 e 2018, os números pioraram no período, com a confiança no Congresso Nacional caindo de 43% para 33% e nos partidos políticos de 37% para 32%. Neste contexto, a imagem pública de Rogério Marinho não é a de um estabelecido, cuja rejeição poderia estar nestes patamares, mas a de um *outsider* – visto o tratamento da imprensa, por exemplo, que não o toma por um “político” (neto de Djalma Marinho e Arnaldo Barbalho Simonetti), mas por um “economista”, “professor” ou, ainda, “relator da Reforma Trabalhista”.

É preciso aprofundar as causas deste tratamento diferenciado na cobertura cotidiana da imprensa, pois mesmo que ela gire ao redor das reformas legais em debate no Congresso, é ele que tem feito parte da articulação política – como demonstra o trecho a seguir de notícia publicada pelo Congresso em Foco.

O secretário especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Rogério Marinho, deve se encontrar nesta segunda-feira (22) com líderes do chamado Centrão, grupo formado por PP, PR, PRB, DEM e Solidariedade, para negociar mudanças no texto da reforma da Previdência. O objetivo da reunião é abrir caminho para a aprovação da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara nesta terça (23). Na conversa, Marinho deve indicar em quais pontos o governo admite ceder para que as discussões sigam adiante. Ele já adiantou que o governo só vai aceitar mudanças que não provoquem impacto fiscal. A equipe econômica projeta uma economia de pelo menos R\$ 1,1 trilhão pelos próximos dez anos. O Centrão forçou o adiamento da votação da PEC na semana passada e é considerado peça fundamental para a aprovação da reforma devido ao número de cadeiras que ocupa e à influência que exercer nos bastidores da Casa (CARMO, 2019).

De maneira planejada ou não, percebe-se um simulacro de outsider em um político cuja filiação e trajetória claramente o distinguem como um membro estabelecido da política tradicional brasileira.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS. Deputado Rogério Marinho assume presidência da Frente CSE. **Abras**, 12 abr. 2016. Disponível em: <<https://abras.com.br/frente-cse/noticias/?materia=16045>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

BARBOSA, Carlos A. Operação Assepsia: ITCI atua no RN desde o governo Wilma. **Carta Potiguar**, Natal, 3 jul. 2012, Blog do Barbosa. Disponível em: <<http://www.cartapotiguar.com.br/2012/07/03/operacao-assepsia-itci-atua-no-rn-desde-o-governo-wilma/>>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica da antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. 173 págs.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Biografia de Djalma Marinho. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/131679/biografia>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

_____. Inteiro teor da PEC 16/1961. Acesso em: 8 dez. 2019.

_____. Especial Emenda Parlamentarista 50 anos. Acesso em: 8 dez. 2019.

CARMO, Samanta Do. Rogério Marinho negocia com o Centrão mudanças para votar reforma da Previdência na CCJ. **Congresso em Foco**, Brasília, 22 abr. 2019. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/economia/rogerio-marinho-negocia-com-o-centrao-mudancas-para-votar-reforma-da-previdencia-na-ccj/>>. Acesso em: 24 abr. 2019.

CORADINI, Odaci Luiz. Grandes famílias e elite “profissional” na Medicina no Brasil. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 3, n. 3, fev. 1997, p. 425-466.

CPDOC FGV. Biografia de Djalma Aranha Marinho. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/djalma-aranha-marinho>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

CPDOC FGV. Biografia de Marcos César Formiga Ramos. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marcos-cesar-formiga-ramos>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

DATAFOLHA. **Partidos, Congresso e Presidência são as instituições menos confiáveis do país.** São Paulo, 2018b. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/06/1971972-partidos-congresso-e-presidencia-sao-instituicoes-menos-confiaveis-do-pais.shtml>>. Acesso em: 11 fev. 2018.

DIAS, Dayane Julia Carvalho. A escravidão em Goianinha (RN) no século XVIII: as relações entre senhores, escravos e sociedade. In: **ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH/RN**, 6º, 2016. Anais.

GASPAR, Lúcia. Biografia de Nísia Floresta. Biblioteca da Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=199%3Anisia-floresta&catid=61%3Aletra-n&Itemid=1>. Acesso em: 11 mar. 2019.

GRILO, Margareth. Interesse pela política começou na infância. **Tribuna do Norte**, Natal, 29 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/interesse-pela-politica-comecou-na-infancia/227225>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Zahar, 2000. 224 p.

JURINEWS. Uma breve retrospectiva das 5 últimas eleições da OAB no Rio Grande do Norte. 2018. Disponível em: <<http://jurinews.com.br/uma-breve-retrospectiva-das-5-ultimas-eleicoes-da-oab-rn>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

LABACHE, Lucette; SAINT MARTIN, Monique de. Fronteiras, trajetórias e experiências de rupertas. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 103, mai./ago. 2008, p. 333-354.

LIMA, Djalba. Tumulto marcou sessão que decretou vacância do cargo de Jango em 64. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/14/tumulto-marcou-sessao-que-decretou-vacancia-do-cargo-de-jango-em-64>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MENDANHA, Soraya; VILAR, Isabela. Congresso anula sessão que afastou Jango e abriu caminho para o Golpe de 1964. 2013. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/21/congresso-anula-sessao-que-afastou-jango-e-abriu-caminho-para-o-golpe-de-1964>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO NORTE. Memorial Mulheres no MP: Arilda Tânia C. Marinho de Medeiros. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/memorial/mulheresnomp_ArildaTania.asp>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 17, jan./jun. 2007, p. 240-264.

OAB/RN. Galeria de ex-presidentes da OAB/RN. Disponível em: <<https://www.oabrn.org.br/2017/p/historia-da-oab>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001. 447 p.

_____. **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight Editora, 2012. 272 p.

_____. Sem mulheres não há nepotismo. In: _____ (org.) **Nepotismo, parentesco e mulheres**. Curitiba: Urbi et Orbi, 2016, p. 13-34.

RIBEIRO, Ramon. A Pipa camaleoa de Ormuz. **Tribuna do Norte**, Natal, 20 jan. 2019. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/a-pipa-camaleoa-de-ormuz/436492>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SAINT MARTIN, Monique de. Reversões e reestruturações das elites: o caso da aristocracia em França. **Análise Social**, Lisboa, v. 30, n. 134, 1995, p. 1023-1039.

_____. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. **Tomó**, São Cristóvão, n. 13, jul./dez. 2008.

SENADO FEDERAL. Senadores homenageiam ex-deputado Djalma Marinho. 2008. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/07/07/senadores-homenageiam-ex-deputado-djalma-marinho>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

SIMONETTI, Ormuz Barbalho. Origem das famílias Simonetti e Villa. União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte, Natal, 23 jul. 2010a. Disponível em: <<http://www.ubern.org.br/canal.php?codigo=121>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

SIMONETTI, Ormuz Barbalho. Centenário do Dr. Arnaldo Barbalho Simonetti. União Brasileira de Escritores do Rio Grande do Norte, Natal, 23 nov. 2010b. Disponível em: <<http://www.ubern.org.br/canal.php?codigo=171>>. Acesso em: 8 mar. 2019.

TRIBUNA DO NORTE. Ex-dirigente do ABC dispara contra Rogério Marinho e admite influência em escalação. **Tribuna do Norte**, Natal, 19 set. 2015. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ex-dirigente-do-abc-dispara-contra-rogario-marinho-e-admite-influencia-em-escalacao-a-o/322127>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

Recebido em: 15 jan. 2020.

Aceito em: 14 abr. 2020.